

**IC - Inquérito Civil n. 06.2023.00001750-0**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no artigo 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

**GUSTAVO LIBERATO SANTANA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 095.243.009-66, e RG n. 6207901 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua 970, n. 120, Centro, Balneário Camboriú/SC, ora **COMPROMISSÁRIO**, acompanhado da advogada, Dra. Luiza Wendling Barbieri, inscrita na OAB/SC n. 64.363, firmam o presente:

**CONSIDERANDO** que nos termos do art. 127, *caput*, da CRFB o *“Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, pelo disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal e no artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993, possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem-estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 6º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, é direito básico do consumidor *a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos*;

**CONSIDERANDO** que o referido diploma trata, ainda, da amplitude dos princípios e objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo no seu art. 4º: *"A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo [...]";*

**CONSIDERANDO** que o art. 39, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor estabelece que *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes [...]";*

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor veda em seu artigo 37 toda e qualquer publicidade enganosa ou abusiva: *"Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. [...] § 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço";*

**CONSIDERANDO** que para caracterizar a publicidade enganosa basta a mera potencialidade de engano, não necessitando a prova de engano real, ou seja, a aferição é feita abstratamente, buscando simplesmente a capacidade de induzir em erro o consumidor, não exigindo, para sua configuração, a prova da vontade de enganar o consumidor (STJ, AgRg no AgRg no AREsp nº 224456- SP);

**CONSIDERANDO** que a inscrição dos profissionais de educação física no respectivo conselho representa a habilitação profissional, e que eventual ausência configura o exercício ilegal da profissão, nos termos da Lei n. 9.969/98;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio de representação encaminhada pelo Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, a notícia de suposta irregularidade na oferta de serviços de *"personal trainer"* e de *"consultorias on-line"* por **Gustavo Liberato**

**Santana**, em razão da ausência de habilitação profissional;

**CONSIDERANDO** que o referido conselho destaca que o investigado atua irregularmente em diversas academias de atividade física na comarca de Balneário Camboriú, bem como ofertava os serviços irregulares por meio de perfil na rede social Instagram (@treinador\_gustavoliberato), no qual intitula-se *"Bacharel em Educação Física"*;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 47 do Decreto-Lei n. 3.688/41, *"o exercício de profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado no seu exercício"* configura contravenção penal;

**CONSIDERANDO** que a prática em questão expõe o consumidor a evidente risco, em detrimento do art. 6º e 8º do Código de Defesa do Consumidor, podendo caracterizar, inclusive o crime previsto no art. 66 do mesmo diploma legal:

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** - O compromissário compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a se abster de realizar e oferecer serviços próprios dos profissionais de educação física, em especial de atividades de condicionamento físico na modalidade treino funcional, consultoria, orientação, elaboração e acompanhamento de programas de condicionamento físico, até que possua capacitação para tanto e registro junto ao Conselho da categoria;

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado, ou seja, por cada divulgação dos serviços, por qualquer meio de comunicação, inclusive por mensagens instantâneas e redes sociais, e por cada prestação de serviço irregular identificada, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

**CLÁUSULA 2ª** - O compromissário compromete-se a retirar (excluir,

deletar), no prazo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente termo, todas as veiculações de propagandas, postagens e anúncios da rede social *Instagram* (@treinador\_gustavoliberato e @gustavoliberato95) e de demais perfis eventualmente mantidos em outras redes sociais, pagos ou não, relacionados aos serviços de condicionamento físico na modalidade treino funcional, além dos demais privativos dos profissionais de Educação Física, até que possua capacitação profissional e registro junto ao Conselho da respectiva categoria;

**Parágrafo 1º:** O compromissário compromete-se a comprovar o cumprimento integral da cláusula 2ª, no prazo de 10 (dez) dias após o término do prazo assinalado para cumprimento da obrigação;

**Parágrafo 2º:** O descumprimento da cláusula 2ª e seu parágrafo primeiro implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por cada propaganda, postagem e veiculação não removidos, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

**CLÁUSULA 3ª** - O compromissário compromete-se a pagar, a título de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 1 (um) salário mínimo, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça em quatro parcelas, com início em 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único:** O inadimplemento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

**CLÁUSULA 4ª** - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 5ª** - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 6ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por

objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 7ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 11 de maio de 2023.

**Alvaro Pereira Oliveira Melo**  
**Promotor de Justiça**

**Gustavo Liberato Santana**

**Dra. Luiza Wendling Barbieri**  
**OAB/SC n. 64.363**